



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1230, DE 2020

Destaque para votação em separado do § 4º do art. 27 - o texto "pessoa que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum, bem como por pessoa vinculada ou filiada a partido político", do PL nº 2630/2020.

AUTORIA: Líder do PROS Telmário Mota (PROS/RR)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 312, II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque, para votação em separado, do §4º do art. 27 o texto "pessoa que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum, bem como por pessoa vinculada ou filiada a partido político", do PL 2630/2020, que "institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet".

JUSTIFICAÇÃO

O art. 26 e seguintes da Emenda Substitutiva do Relator apresentada ao PL 2630/2020 dispõe sobre o Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet.

O art. 27, §4º, prevê que: "Não poderão ser conselheiros os membros do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, **pessoa que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum, bem como por pessoa vinculada ou filiada a partido político.** "

O presente Destaque visa suprimir parte do citado § 4º do art. 27 que veda a nomeação para o Conselho de Transparência e Responsabilidade na Internet de pessoa que ocupe cargo público de confiança e pessoa vinculada ou filiada a partido político. Essa vedação viola a Constituição Federal, a liberdade de pensamento e de associação e os direitos políticos de cidadãos brasileiros.



SF/20182.77464-90 (LexEdit)

§4º Não poderão ser conselheiros os membros do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário, pessoa que ocupe cargo público de que seja demissível ad nutum, bem como por pessoa vinculada ou filiada a partido político.

Sala das Sessões, 30 de junho de 2020.

Senador Telmário Mota
(PROS - RR)
Líder do PROS

